



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PARECER JURÍDICO**

**Processo Administrativo nº 712/2025**

**Pregão Eletrônico nº 23/2026**

**Objeto:** Parecer Jurídico para análise da legalidade da minuta do edital de pregão eletrônico nº 23/2026 para fins de aquisição de tubos de concreto, os quais visam atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços públicos, conforme Termo de Convênio Nº 34/2026/PGE-DERADM, celebrado entre o município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO e o Governo do Estado de Rondônia por meio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia-DER/RO.

**PARECER**

**1. Relatório:**

O processo em epígrafe foi instaurado no dia 02 de março de 2026, objetivando a contratação do objeto acima descrito, cujo valor é **de R\$ 59.200,00 (cinquenta e nove mil e duzentos reais)**.

Nota-se que a minuta do edital de id nº 278407, fundamenta o certame com base na Lei nº 14.133/21, no que couber a Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022.

O processo foi instruído com os seguintes documentos:

- a) Plano De Trabalho (id nº 259087);
- b) Declaração De Contra Partida (id nº 260114);
- c) Planilha Orçamentaria (id nº 260115);
- d) Memorial Descritivo (id nº 260116);
- e) Relatório Fotográfico (id nº 260117);





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

- f) Croqui De Localização (id nº 260118);
- g) Nota De Empenho (id nº 260119);
- h) Parecer Técnico De Aprovação (id nº 260120);
- i) Anotação De Responsabilidade – ART (id nº 260123);
- j) Termo De Convenio (id nº 260125);
- k) Despacho Dispensa De ETP (id nº 271274);
- l) Autorização Da Dispensa De ETP (id nº 271641);
- m) Solicitação De Despesa Nº 1049-2026 Convenio 34 - Tubo De Concreto (id nº 275747);
- n) Termo de Referência – TR (id nº 277789);
- o) Portaria Nomeação da Agente de Contratação (id nº 278406);
- p) Minuta do Edital - Pregão Eletrônico nº 23/2026 (id nº 278407);
- q) Anexo Minuta do Termo de Contrato (id nº 278410);
- r) Despacho nº 199/2026 técnico do Pregoeiro (id nº 278425).

**2. Pressuposto Jurídico:**

O presente parecer jurídico tem a finalidade de **assessoramento no controle prévio de legalidade**, conforme previsto no art. 53, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, não tendo determinação legal que imponha a fiscalização posterior do cumprimento das recomendações feitas por essa Procuradoria.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Destaca-se que um dos pressupostos para a realização de uma licitação, é o pressuposto jurídico, que implica na **necessidade de licitar**, que deve ser realizada com o objetivo de **atender ao interesse público**. A licitação não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como um **instrumento necessário para garantir o cumprimento das demandas públicas**.

No caso em questão, trata-se da análise da legalidade do procedimento licitatório destinado a aquisição de tubos de concreto, os quais visam atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços públicos, conforme Termo de Convênio N° 34/2026/PGE-DERADM, celebrado entre o município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO e o Governo do Estado de Rondônia por meio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia-DER/RO.

Importante ressaltar que, em sua análise, a **Procuradoria não realiza exame de mérito** sobre os argumentos apresentados na justificativa do certame, a não ser que essas justificativas sejam evidentemente incompatíveis com a modalidade de contratação escolhida ou com o objeto licitado. Neste caso, **não há elementos** que indiquem incompatibilidade entre a escolha da modalidade de **pregão** e os **objetivos do processo**.

Após análise da documentação constante no processo, observam-se os seguintes pontos relevantes quanto à **legalidade da minuta do Edital**, da contrato e dos demais documentos que compõem a fase interna da licitação, senão vejamos.

## **2.1. Peças Técnicas do Processo**

No que tange às peças técnicas do processo, destaca-se que foram apresentadas as peças necessárias ao planejamento da contratação, especialmente o Termo de Referência e os demais documentos técnicos pertinentes, observando-se a dispensa do Estudo Técnico Preliminar – ETP devidamente motivada e autorizada nos autos





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Nota-se que no processo prevê a escolha pela **modalidade pregão eletrônico** estando em conformidade com a legislação vigente, sendo está a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, prevista no inciso XLI, do art. 6º da Lei nº 14.133/21, com prazo de intervalo mínimo de 08 (oito) dias, senão vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Assim, a modalidade escolhida, **pregão eletrônico**, encontra-se adequada e em conformidade com a legislação, com critério de julgamento pelo menor preço por item, conforme o disposto no art. 55, I, “a”, da Lei nº 14.133/2021, respeitando o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis para a abertura das propostas.

Com base no Decreto nº 1.449/2022, Lei nº 14.133/2021, IN SEGES nº 58/2022 e IN SEGES/ME nº 81/2022, a Administração Pública deve apresentar na fase de planejamento as peças técnicas inerentes à contratação, quais sejam: **DFD; ETP; MR e TR.**

### **2.1.1. Dispensa do Estudo Técnico Preliminar – ETP**

Consta dos autos o Despacho de Dispensa de ETP (id nº 271274) e a respectiva autorização (id nº 271641).

A dispensa do ETP encontra respaldo no art. 18, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente motivada pela Administração. Considerando que o objeto consiste na aquisição de tubos de concreto com especificações padronizadas e previamente definidas no plano de trabalho aprovado pelo DER/RO, a justificativa apresentada mostra-se, em princípio, compatível com a natureza da contratação.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Verifica-se que a dispensa do ETP foi formalmente justificada e autorizada pela autoridade competente, atendendo ao disposto no art. 18, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

### **2.1.2. Pesquisa de Preços**

Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve demonstrar a compatibilidade dos preços estimados com aqueles praticados no mercado.

No tocante à estimativa de preços, verifica-se que a contratação decorre do Termo de Convênio nº 34/2026/PGE-DERADM, celebrado entre o Município de Nova Brasilândia D'Oeste e o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia – DER/RO.

Consta dos autos Planilha Orçamentária (id nº 260115), Plano de Trabalho (id nº 259087) e Parecer Técnico de Aprovação (id nº 260120), documentos que demonstram a prévia análise e aprovação dos valores pela concedente dos recursos.

Assim, a definição dos quantitativos e dos preços estimados decorreu do procedimento técnico realizado durante a formalização do convênio, cabendo à Administração promover a licitação visando à obtenção da proposta mais vantajosa, não se verificando, sob o aspecto jurídico-formal, irregularidade na composição do valor estimado da contratação.

### **2.1.3. Da Participação Exclusiva de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

Verifica-se que o valor estimado da contratação é de R\$59.200,00 (cinquenta e nove mil e duzentos reais), razão pela qual a Administração previu a



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

participação exclusiva de Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

A previsão encontra amparo no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como no art. 4º da Lei nº 14.133/2021, que asseguram tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas.

Considerando que o valor estimado da contratação não ultrapassa o limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), mostra-se juridicamente adequada a restrição da participação às empresas beneficiárias do tratamento diferenciado previsto na legislação, não sendo identificada ofensa aos princípios da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, a previsão constante da minuta do edital encontra-se em conformidade com a legislação aplicável.

## **2.2. Minuta do Edital**

O Pregoeiro no Despacho nº 199/2026 técnico de id nº 278407, solicitou análise e manifestação quanto à minuta do edital e seus anexos, assim verifica-se que essa respeita os parâmetros legais, assim **não há óbice à sua utilização** no presente certame.

Da análise da minuta do Edital (id nº 278407), verifica-se que foram observados os requisitos essenciais previstos nos arts. 25 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto:

- à definição do objeto;
- ao critério de julgamento pelo menor preço por item;
- às condições de participação;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

- aos requisitos de habilitação;
- aos prazos recursais;
- às hipóteses de aplicação de sanções administrativas;
- à forma de apresentação das propostas;
- às regras de adjudicação e homologação.

Observa-se, ainda, que o edital contempla a participação exclusiva de Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, em conformidade com o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o valor estimado da contratação é inferior ao limite legal estabelecido para a adoção do tratamento diferenciado.

Não foram identificadas, em análise preliminar, cláusulas manifestamente restritivas à competitividade ou incompatíveis com o regime jurídico das contratações públicas.

No presente caso, em atenção ao **art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021**, quanto à adequação orçamentária, verifica-se que a **Solicitação de Despesa nº 1049/2026 (id nº 275747)** indicam que a dotação orçamentária será formalizada no momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o que está em conformidade com a legislação vigente, não havendo óbice jurídico à continuidade do procedimento.

Assim, a exigência de dotação orçamentária deverá ser observada no momento da formalização do contrato ou da emissão do empenho correspondente, não havendo irregularidade na previsão constante do TR.

## **2.2. Minuta do Contrato de id nº 278410**



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Nota-se que, a minuta do contrato apresentada segue o **modelo padronizado da Advocacia-Geral da União (AGU)**, amplamente utilizado na **Administração Pública**, em consonância com as melhores práticas de gestão pública, conforme orientações dos órgãos de controle externo.

Assim, a responsabilidade pela revisão e validação da minuta recai sobre **a assessoria jurídica e o setor responsável pela formalização de contratos e atas de registro de preço**, conforme previsto na legislação vigente.

Desta forma, a **inclusão da minuta padronizada é juridicamente válida**, e a ausência de assinatura nesta fase **não compromete a legalidade**, por se tratar de **minuta preliminar**, cuja formalização e assinatura ocorrerão apenas após a homologação do certame pela autoridade competente.

### **2.3. Publicação do Edital**

No que concerne à publicação do edital, o **art. 54, caput e §1º, combinado com o art. 94 da Lei nº 14.133/2021**, exige a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital, de seus anexos e do futuro instrumento contratual no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, bem como a nos meios oficiais de divulgação adotados pela Administração, observadas as exigências legais aplicáveis.

Dessa forma, na presente contratação, deverá ser observado o **prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis**, contados a partir da divulgação do edital, para apresentação das propostas e lances, quando adotado o critério de julgamento pelo **menor preço por item**, nos termos do **art. 55, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021**.

Ressalta-se, ainda, que o **art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021** estabelece a obrigatoriedade de disponibilização, no PNCP, **após a homologação do certame**, dos documentos elaborados na fase preparatória que não tenham sido incorporados ao edital e a seus anexos, assegurando a transparência e o controle social do procedimento licitatório.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**3. Conclusão**

Dessa forma, após análise do processo, conclui-se que o processo administrativo e a minuta do edital encontram-se em conformidade com a legislação vigente, **não há óbice para a continuidade do processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.**

A minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2026 de id nº 278407, bem como o anexo da minuta do Contrato de id nº 278410, apresentam conformidade formal com a legislação vigente, não se identificando vícios que impeçam o regular prosseguimento do certame.

Assim, **não se vislumbra óbice jurídico ao prosseguimento do certame**, ficando a análise da **conveniência e oportunidade administrativa** a cargo da autoridade competente.

É o parecer, sujeito à manifestação do superior.

Nova Brasilândia D'Oeste, 28 de maio de 2026.

**Lorena Jhulian Cassiano de Oliveira**  
Sub Procuradora do Município  
Portaria nº 12/GP/2025  
OAB/RO 11.444

